



## Senadores discutem mudar MP que corrige reforma trabalhista

Oposição diz que vai apresentar emendas ao texto e até governistas defendem que mudanças deveriam ser feitas por meio de projeto de lei

Senadores da oposição criticaram a edição da medida provisória que alterou pontos da reforma trabalhista.

O senador Paulo Paim disse que o texto que será analisado pelo Congresso é insuficiente para amenizar os danos causados pela nova lei e anunciou que vai apresentar emendas ao texto.

Para o governo, a MP publicada na terça-feira corrige propostas consideradas polêmicas, como a jornada de trabalho de 12 horas e a permissão para o trabalho de gestantes em locais insalubres.

O tucano Flexa Ribeiro disse que, se as alterações

fossem feitas por meio de projeto de lei, o Congresso teria possibilidade de debater melhor o tema. Mas, explicou, a edição da MP foi necessária porque, para aprovar a reforma trabalhista com o texto enviado pela Câmara, o governo firmou um pacto com os senadores prometendo a medida com as correções.

Gleisi Hoffmann criticou as regras para o trabalho intermitente. De acordo com a senadora petista, a MP aumenta a exclusão dos trabalhadores, e para se aposentar, quem ganhar menos que o salário mínimo terá que complementar por conta própria a contribuição do INSS. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 31/10/2017

Plenário do Senado: oposição e até senador governista criticam as alterações feitas por meio de medida provisória

### Fundo eleitoral pode prejudicar Orçamento, dizem senadores

Os senadores Ataídes de Oliveira e Reguffe criticaram o texto final da lei que criou o Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Segundo eles, o fundo prejudicará a execução do Orçamento de 2018. Ataídes explicou que o fundo tem piso, mas não tem teto. O Congresso vai definir o valor e de onde ele será tirado, o que pode prejudicar áreas importantes. **3**

### Senado analisa projetos de segurança pública

Cinco projetos de lei da Câmara que endurecem a legislação na área de segurança pública estão em análise nas comissões do Senado. Os projetos devem receber prioridade, segundo o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Entre os temas tratados, estão o fim do atenuante da pena para jovens de 18 a 21 anos e a restrição do número de saídas temporárias permitidas aos presos. **4**



Luiz Alves/Câmara dos Deputados

Outro projeto obriga operadoras de celular instalar bloqueador em presídio

### Entra em vigor nova lei contra crime no sistema financeiro

Foi sancionada e publicada na terça-feira a lei que estabelece novas regras para processos administrativos do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários que tenham o objetivo de combater crimes contra o sistema financeiro nacional. O texto estabelece penas e aumenta o valor da multa para quem pratica fraude. **2**

### Evento do Interlegis destaca relação entre tecnologia da informação e transparência

Mais de 180 servidores da área de tecnologia da informação (TI) de 18 estados e do Distrito Federal participam até hoje da 9ª edição do Engitec,

no Senado. O evento, organizado pelo Interlegis, discute o papel da TI na transparência e no acesso à informação por meio de palestras e minicursos. **2**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Abertura ontem do 9º encontro de tecnologia do Interlegis: programação segue até hoje no Senado



Chaves, ao lado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do deputado Eduardo Azeredo

### Pedro Chaves representa Senado em missão no Canadá e nos Estados Unidos

O senador Pedro Chaves defendeu que o governo brasileiro dê mais atenção aos projetos aeroespaciais, considerados por ele estratégicos

para o país. Chaves participou, como representante do Senado, de reuniões com autoridades do setor nos Estados Unidos e no Canadá. **4**



Mesa de abertura do evento, que este ano reúne mais de 180 participantes de 18 estados e do Distrito Federal

## Interlegis promove encontro de tecnologia e transparência

Participantes destacaram papel da tecnologia da informação na modernização legislativa, no acesso à informação e na participação popular. Engitec vai até hoje com palestras, minicursos e casos de sucesso

SERVIDORES DA ÁREA de tecnologia da informação (TI) de câmaras municipais e assembleias de 18 estados, mais o Distrito Federal, participaram ontem da abertura do 9º Encontro do Grupo Interlegis de Tecnologia (Engitec), em Brasília. São mais de 180 inscritos nesta edição do evento.

O diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), ao qual o Programa Interlegis está vinculado, Helder Rebouças, destacou o papel da TI na instituição.

— Soluções operacionais trazem aproximação com o município — afirmou.

O coordenador de Planejamento e Relações Institucionais do ILB/Interlegis, Francisco Biondo, enfatizou que a modernização legislativa aumenta a participação popular. Para ele, o Interlegis ajuda a alcançar esse objetivo pelo desenvolvimento de produtos tecnológicos que sejam claros e inteligíveis para a sociedade e pela realização de oficinas de capacitação em todo o país.

Luís Fernando Machado, especialista em assuntos jurídicos e instrutor de oficinas de revisão de marcos jurídicos nas câmaras, disse que é importante as Casas estarem atentas às mudanças e novida-

des nas leis e adotá-las para o benefício da comunidade. Ele citou exemplos de leis orgânicas em dissonância com a Constituição.

### Evento

O Engitec reúne parte dos 900 integrantes da comunidade de prática virtual que debate colaborativamente, durante o ano, questões tecnológicas relacionadas às Casas legislativas de todo o país.

O coordenador de Tecnologia da Informação do ILB, Sesóstris Vieira, afirmou que o Engitec consolida o ano de intensas discussões nos grupos virtuais e destacou o esforço de servidores que vieram ao encontro.

— Esse grupo que está aqui quer mudar o cenário político do Brasil — afirmou.

O evento segue hoje com palestras e cursos. Este ano o tema é “Transparência e acesso à informação”.

Um dos objetivos do encontro é promover, além do intercâmbio de experiências, a atualização tecnológica dos participantes. Por isso, também são feitos minicursos técnicos, que, assim como as palestras, são transmitidos por *videostreaming* pelo portal do Interlegis.

Ontem a auditora do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul Francine Trevisan, que atua nas atividades relativas ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação, falou sobre o ranking de transparência para câmaras e prefeituras elaborado pelo TCE.

Já a Câmara dos Deputados ofereceu uma palestra sobre o e-Democracia, plataforma para a participação popular assinada pelo Laboratório Hacker, da instituição. ILB e LabHacker já firmaram parceria para oferecer o portal para câmaras e assembleias.

### Casos de sucesso

Durante o evento, servidores de câmaras municipais vão apresentar casos de sucesso com o uso de ferramentas Interlegis.

André Brum, de Agudo (RS), vai mostrar a relação do uso do Portal Modelo com as Leis de Acesso à Informação e de Transparência.

Moisés Neto, de Bento Gonçalves (RS), falará sobre uma nova funcionalidade do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL).

Francisco Soares Filho, de Itapoá (SC), tratará da adoção do processo legislativo 100% eletrônico por meio do SAPL.

## Sancionada lei para combate a crimes no sistema financeiro

Já estão em vigor as novas regras de processos administrativos do Banco Central (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para combater crimes contra o sistema financeiro nacional. A Lei 13.506/2017 foi sancionada e publicada terça-feira no *Diário Oficial da União*.

A nova lei tem origem no Projeto de lei da Câmara (PLC) 129/2017, aprovado no Senado em 25 de outubro. A proposta define infrações, penas, medidas coercitivas e meios alternativos de solução de controvérsias aplicáveis aos bancos e outras instituições supervisionadas pelo BC. O texto lista 17 tipos de infrações, entre elas, manipulação do mercado de capitais, uso de informações privilegiadas e exercício irregular de cargo.

Entre as penas, estão censura pública, multa, proibição de prestação de serviços, inabilitação para atuar como administrador e para exercer cargo estatutário e cassação da autorização para funcionamento.

O relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Armando Monteiro (PTB-PE), afirmou que a falta de regras claras coloca em risco a eficácia das ações de supervisão do BC:

— O novo marco regulatório permitirá ao BC coibir de forma mais eficaz a repetição de práticas, como a realização de operações financeiras



Armando Monteiro foi o relator do projeto na CAE do Senado

irregulares e fraudes em instituições financeiras que levem à liquidação extrajudicial.

O texto eleva o valor máximo de multas aplicáveis: de R\$ 250 mil para R\$ 2 bilhões. Para calcular o tamanho da pena, a instituição deve considerar fatores como reincidência, gravidade e duração da infração, grau de lesão ao sistema financeiro e capacidade econômica do infrator. Se for superior a R\$ 50 milhões, a multa deve ser submetida a órgão colegiado, composto por pelo menos um diretor do BC.

A nova lei também muda as regras do acordo de leniência, agora chamado de acordo administrativo em processo de supervisão. Ele vale para pessoas físicas e jurídicas que confessarem crimes. Quem aderir ao acordo tem direito a extinção da ação punitiva ou redução da penalidade de um a dois terços.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

#### CDR Segurança hídrica

14h Seminário em Natal para debater segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste. O debate faz parte do plano de trabalho do colegiado, que neste ano analisa políticas públicas ligadas ao tema. Será realizado no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burrel  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# MP da reforma trabalhista pode ser alterada

Medida editada na terça-feira não encontra consenso entre os senadores. Até parlamentares da base governista dizem que mudanças deveriam ser feitas por projeto de lei

FRUTO DE ACORDO com senadores, a medida provisória que modifica itens da reforma trabalhista não encontra consenso e pode sofrer alterações.

De acordo com o governo, a MP 808/2017 ajusta propostas polêmicas, como a jornada de trabalho de 12 horas e a permissão para o trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres.

Alvo de críticas, o uso do salário dos trabalhadores como parâmetro para indenizações por danos morais também foi suprimido.

Por meio da conta que mantém em uma rede social, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a MP é insuficiente para amenizar os danos causados pela nova lei. Ele anunciou que vai apresentar emendas ao texto. “Agora que o estrago foi feito eles querem amenizar o erro. Vou apresentar dezenas de emendas. A luta continua”, escreveu o senador.

## Governo

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), sustentou, também por meio de uma rede social, que as alterações feitas por meio da MP seguem o acordo firmado com os senadores durante a tramitação do texto. Na ocasião, eles votaram o projeto sem alterar o texto da Câmara dos Deputados em troca da garantia de que pontos polêmicos fossem alterados via medida provisória.

“A gente sabe que outros setores da política brasileira estão colocando outras proposições. Mas quero lembrar que pactuamos com senadores e senadoras que, assim que pudesse valer a nova legislação trabalhista, o governo editaria uma MP. Nós aprovamos a lei da forma como veio da Câmara



Divulgação/Aconchego Amamentação

A gestante que quiser continuar trabalhando em local insalubre, de grau leve ou moderado, deverá apresentar atestado médico que autorize a atividade

dos Deputados exatamente por conta desse compromisso de ter a medida provisória”, ressaltou Jucá.

A medida provisória foi publicada em edição extra no *Diário Oficial da União* (DOU) na terça-feira e já está valendo. O Congresso Nacional terá até 120 dias (contados a partir da publicação) para aprovar, mudar ou rejeitar os ajustes promovidos pelo governo.

## Debate

Em entrevista à Rádio Senado, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) argumentou que o ideal seria que as mudanças fossem propostas por meio de projeto de lei, permitindo maior debate no Congresso, mas ressaltou o caráter urgente da medida.

— Um projeto de lei é muito mais democrático porque o Congresso tem a oportunidade de discutir e alterar antes dele

entrar em vigor. No caso da medida provisória, eu diria que a urgência ocorreu pelo fato do compromisso que foi feito pelo líder do governo Romero Jucá, para que as mudanças passassem a vigorar quando as mudanças na CLT passassem a vigorar.

Senadores da oposição alegam que não firmaram qualquer acordo com o governo e criticam as mudanças na CLT. Em sua conta no Twitter, Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou as regras para o trabalho intermitente.

“A MP da Reforma Trabalhista do Temer aumenta a exclusão e exploração dos trabalhadores(as). O trabalho intermitente, vedete da reforma, torna-se suplício total. Quem ganhar menos que o salário mínimo terá de complementar por conta o INSS para se aposentar. É castigo!”, apontou a senadora.

## Principais pontos em debate

### GESTANTES

▶ Entre as alterações estabelecidas pela medida provisória, está a que permite às gestantes atuarem em serviços insalubres de grau médio ou mínimo, se for da vontade delas. Para isso, é preciso apresentar um laudo médico que autorize o trabalho. Caso contrário, ela deve ser afastada do serviço. Pela norma editada anteriormente, essa possibilidade estava proibida.

### JORNADA 12 x 36

▶ A negociação de contratos que preveem 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso seguidas agora precisa passar por acordo coletivo. Antes, esse modelo poderia ser acertado diretamente entre o trabalhador e o empresário.

### TRABALHO INTERMITENTE

▶ O texto publicado terça-feira no *Diário Oficial da União* prevê que a carteira de trabalho deve indicar o valor da hora ou do dia de trabalho intermitente dos empregados, assim como o prazo para o pagamento da remuneração. O contratado nesses termos tem 24 horas para atender ao chamado quando for acionado. Também passa a ter direito a férias em até três períodos, salário-maternidade e auxílio-doença.

### AUTÔNOMOS

▶ A nova lei proíbe contratos que exijam exclusividade na prestação de serviços dos trabalhadores autônomos.

### DANO MORAL

▶ O cálculo dos valores a serem pagos em casos de condenação por danos morais levarão em consideração os valores dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social, e não mais o último salário recebido pelo trabalhador.

# Dinheiro do Orçamento para fundo eleitoral preocupa senadores

O relator de Receita do Orçamento de 2018, senador Ataídes de Oliveira (PSDB-TO), criticou o texto final da lei que criou o Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

De acordo com Ataídes, a Lei 13.487 estabelece que o fundo será constituído por “dotações orçamentárias da União em ano eleitoral, em valor ao menos equivalente” a 30% das emendas das bancadas estaduais.

Isso significa que o valor do fundo tem um piso, mas não tem um teto, cabendo ao Congresso Nacional estipular o valor a ser gasto, usando necessariamente as verbas do Orçamento.

— O dinheiro que vai bancar

as campanhas em 2018 sairá de onde? Para todos nós sairá das emendas impositivas das bancadas dos estados, no valor de R\$ 162 milhões, mais a renúncia fiscal do horário gra-

tuito de televisão. Todas essas emendas representarão R\$ 4,4 bilhões. Esta não é a verdade. O valor vai ser determinado pelo Congresso Nacional.

Para Ataídes, a possibilidade

de o Congresso determinar o gasto do Fundo de Financiamento de Campanha prejudicará a execução do Orçamento de 2018 porque terá de ser criada uma reserva para a futura

decisão dos parlamentares.

A preocupação é compartilhada pelo senador Reguffe (sem partido-DF). Segundo ele, ao fixar recursos para o fundo, o Congresso pode retirar dinheiro de setores importantes, ainda mais num momento de crise econômica.

— Está se tirando um dinheiro que na minha concepção deveria estar na educação, na saúde, simplesmente para os partidos financiarem as campanhas. Não tem um valor fixo. Esse valor pode ser quatro, pode ser cinco bilhões. Na minha visão a campanha deveria ser financiada apenas com doações de pessoas físicas e com limite de doação — afirmou Reguffe.



Reguffe (ao microfone) e Ataídes (gravata azul) argumentam que o fundo prejudicará a execução do Orçamento

Ano Voipex/Agência Senado — 30/11/2016

Entre as propostas, está o fim da atenuante de pena e com redução do prazo de prescrição para quem cometer crimes entre 18 e 21 anos

# Cinco projetos que endurecem leis de segurança pública chegam ao Senado

O SENADO RECEBEU neste mês cinco projetos de lei da Câmara (PLCs) que endurecem a legislação sobre a segurança pública. O tema deve receber prioridade do Plenário até o fim do ano. O presidente Eunício Oliveira já cobrou agilidade à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que analisa três propostas do pacote.

O PLC 140/2017 retira do Código Penal o atenuante para quem cometer crimes entre 18 e 21 anos. O texto também acaba com a redução do prazo de prescrição para crimes cometidos por menores de 21 anos. O relatório de Simone Tebet (PMDB-MS) está pronto para ser votado.

Simone também é a relatora do PLC 146/2017, que restringe a saída temporária de presos, agrava a pena para detentos que cometerem novos crimes durante o "saído" e reduz o número de dias em

que o condenado pode deixar o presídio durante o ano.

A CCJ analisa ainda o PLC 143/2017, relatado por Eduardo Lopes (PRB-RJ). O projeto prevê regime fechado de prisão para condenados por assassinato de policiais e acaba com a progressão de regime para o crime de lesão corporal seguida de morte.

O PLC 141/2017 está na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O texto obriga as operadoras de celular a instalar bloqueadores de sinal em presídios e prevê multa para as empresas que não cumprirem a determinação. A proposta aguarda o relatório de Otto Alencar (PSD-BA).

O último projeto do pacote de segurança pública é o PLC 144/2017. O texto cria a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e aguarda relator na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).



Outro projeto restringe a saída temporária de presos, o chamado "saído"

## Textos a serem analisados

### PLC 146/2017 – CCJ – AGUARDA RELATÓRIO – SIMONE TEBET



Restringe saídas temporárias de presos



O reincidente deve cumprir metade da pena para ter direito. Autores de crimes hediondos, torturadores, traficantes e terroristas precisam de 2/5 (se primários) e 3/5 (se reincidentes)



O juiz deve determinar o uso de tornozeleira eletrônica (se disponível)



Introduz no Código Penal agravante para presos que cometerem crime durante "saído"



Diminui a quantidade de dias em que o preso pode sair dos atuais sete dias para quatro

### PLC 144/2017 – CDH – AGUARDA RELATOR



Cria a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas



Reformula o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas

### PLC 141/2017 – CCT – AGUARDA RELATÓRIO – OTTO ALENCAR



Dá às empresas prazo de 180 dias para instalar bloqueadores de celular nos presídios e as obriga a fazer a manutenção, troca e atualização tecnológica dos equipamentos



Estabelece multa de R\$ 50 mil a R\$ 1 milhão às operadoras que não cumprirem a determinação



Estabelece responsabilidade solidária quando houver mais de uma empresa em uma mesma área de cobertura

### PLC 140/2017 – CCJ – RELATÓRIO PRONTO – SIMONE TEBET



Retira do Código Penal a circunstância atenuante para menor de 21 anos, mas mantém o benefício para maiores de 70 anos



Acaba com a redução à metade do prazo de prescrição de crimes cometidos por menores de 21 anos

### PLC 143/2017 – CCJ – AGUARDA RELATÓRIO – EDUARDO LOPES



Prevê prisão em regime fechado, sem direito à progressão, para condenados pelo assassinato de autoridades e agentes de segurança pública



A progressão também não será aplicada nos crimes de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e de lesão corporal seguida de morte



Altera a regra geral de progressão para crimes hediondos, tortura, terrorismo e tráfico, exigindo metade da pena para primários e 2/3 para reincidentes. Atualmente a lei determina 2/5 para primários e 3/5 para reincidentes

DE SUA OPINIÃO

## Proposta reduz duração e frequência de "saído" de presos

Chegou ao Senado projeto que altera as regras para saída temporária de presos do regime semia-aberto, conhecida como "saído" (PLC 146/2017). A principal mudança é a redução do prazo e da quantidade das saídas temporárias. Hoje o juiz pode conceder até sete dias de saída temporária, no limite de quatro vezes ao ano para cada preso. Se o projeto for aprovado, só poderão ser concedidos até quatro dias, no máximo duas vezes por ano.

As condições para a concessão do benefício a condenados por crimes hediondos também poderão se tornar mais rigorosas. O projeto também acrescenta no Código Penal, como nova circunstância agravante da pena, o cometimento de crime durante a saída temporária.

A relatora do texto na Comissão de Constituição e Justiça é a senadora Simone Tebet (PMDB-MS), que também relata outros projetos sobre segurança.

Qual a sua opinião sobre o projeto?

Vote em:

<http://bit.ly/PLC146-2017>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal **e-Cidadania**: [senado.leg.br/ecidania](http://senado.leg.br/ecidania)

Comente também na página do Senado no **Facebook**: [facebook.com/senadofederal](https://facebook.com/senadofederal)

## Pedro Chaves representa Senado em missão nos EUA e Canadá

Após participar de reunião com representantes do setor aeroespacial privado norte-americano, o senador Pedro Chaves (PSC-MS) defendeu que o governo brasileiro dê mais atenção à área e que o país aumente as parcerias com os Estados Unidos.

O setor aeroespacial é estratégico para nosso país. Temos grande potencial nessa área, mas precisamos de maior atenção governamental. Essa agenda é de suma importância para mantermos abertos os canais de comunicação com os Estados Unidos, justamente para obtermos investidores nesse mercado industrial e tecnológico.

Como titular da Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Chaves representou o Senado em missão especial do governo brasileiro em Washington, nos Estados Unidos, e em Vancouver, no Canadá. A intenção dos encontros foi estabelecer uma agenda de interesses em comum, com possíveis parcerias.

### Nações Unidas

Ao lado do ministro da Defesa, Raul Jungmann, o senador também participou da Reunião Ministerial de Defesa das Nações Unidas para a Manutenção da Paz, encontro que reúne cerca de 80 países e tem como um dos temas o combate ao crime organizado internacional.

Uma das palestras a que assistiu foi a da atriz e ativista Angelina Jolie, que defendeu o combate à violência sexual em comunidades internacionais.

É preciso mudar a postura internacional de considerar essas violações como consequência de conflitos violentos. Isso é crime em qualquer parte do mundo e precisa ser punido severamente — disse o senador.

### Desafios

Hoje Chaves também participa de encontro no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) para falar sobre os desafios de defesa locais e internacionais e sobre o acordo bilateral do relacionamento entre Brasil e

Estados Unidos.

A troca de experiências é importante para melhorarmos a eficiência das operações de paz. Também foram extremamente produtivos os compromissos firmados com os Estados Unidos para o investimento no setor aeroespacial brasileiro — avaliou o senador.

### Logística

Antes da viagem ao exterior, Chaves participou do Amazonlog17, Exercício Multinacional Interagências de Logística Humanitária, encerrado na segunda-feira em Tabatinga (AM), na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. O

evento, inédito na América do Sul, contou com quase 2 mil participantes. O objetivo foi desenvolver doutrina para ações humanitárias, com resposta rápida a adversidades causadas por ondas migratórias, catástrofes e acidentes.

No encontro, também foi discutida a promoção bilateral da indústria de defesa e a participação brasileira em operações de manutenção de paz da ONU, após o encerramento da missão das Forças Armadas brasileiras no Haiti.

É um evento que nos enche de orgulho, pois mostra o esforço e o profissionalismo das nossas Forças Armadas em favor da vida.